A vitória da floresta, da ciência e da democracia: o Brasil escolhe novamente o futuro

La victoria del bosque, de la ciencia y de la democracia: Brasil vuelve a elegir el futuro

A Victory for the Forest, Science, and Democracy: Brazil Chooses the Future Once Again

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: A vitória de Lula renova a esperança de um Brasil comprometido com a ciência, a democracia e a proteção da natureza, reforçando a responsabilidade coletiva de defender esses valores. No cenário internacional, a COP17 de Biodiversidade, realizada em outubro de 2026, em Yerevan, busca acelerar a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. A primeira avaliação global revela avanços nos compromissos políticos e na governança, mas resultados ainda insuficientes para reverter a perda da biodiversidade até 2030. A Declaração de Yerevan reforça a urgência de transformar compromissos em ações concretas, com financiamento adequado, participação social e mudanças nos modelos de produção e consumo. Persistem desafios relacionados ao financiamento internacional, aos direitos dos povos indígenas e à integração da biodiversidade às políticas econômicas e climáticas.

Palavras-chave: Biodiversidade; acordos multilaterais ambientais; mudanças climáticas; democracia; conservação da natureza.

Resumen: *La victoria de Lula renueva la esperanza de un Brasil comprometido con la ciencia, la democracia y la protección de la naturaleza, reforzando la responsabilidad colectiva de defender estos valores. En el ámbito internacional, la COP17 sobre Biodiversidad, celebrada en octubre de 2026 en Ereván, busca acelerar la implementación del Marco Mundial de Biodiversidad de Kunming-Montreal. La primera evaluación mundial revela avances en los compromisos políticos y la gobernanza, pero resultados todavía insuficientes para revertir la pérdida de biodiversidad de aquí a 2030. La Declaración de Ereván subraya la urgencia de transformar los compromisos en acciones concretas, con financiación adecuada, participación social y cambios en los modelos de producción y consumo. Persisten desafíos relacionados con la financiación internacional, los derechos de los pueblos indígenas y la integración de la biodiversidad en las políticas económicas y climáticas.*

Palabras clave: *Biodiversidad; acuerdos multilaterales ambientales; cambio climático; democracia; conservación de la naturaleza.*

Abstract: *Lula's victory renews hope for a Brazil committed to science, democracy, and the protection of nature, reinforcing the collective responsibility to defend these values. At the international level, the 17th Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity (COP17), held in October 2026 in Yerevan, seeks to accelerate the implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. The first global review reveals progress in political commitments and governance, but results remain insufficient to reverse biodiversity loss by 2030. The Yerevan Declaration underscores the urgency of translating commitments into concrete action through adequate financing, public participation, and changes in production and consumption patterns. Challenges persist regarding international financing, Indigenous Peoples' rights, and the integration of biodiversity into economic and climate policies.*

Keywords: *Biodiversity; multilateral environmental agreements; climate change; democracy; nature conservation.*

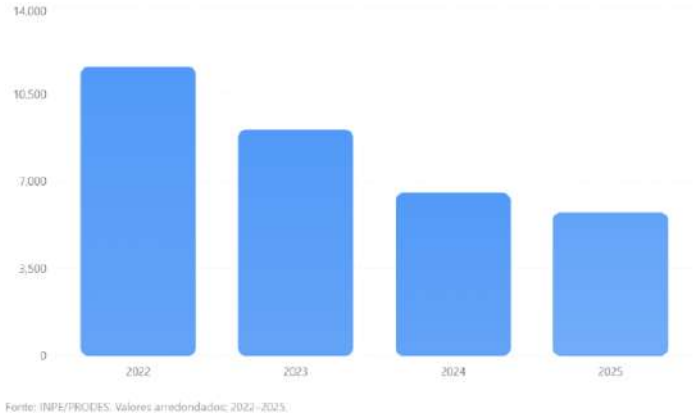
1. A reeleição de Lula no Brasil e as negociações ambientais

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral com 51,79% dos votos válidos, representa mais do que a continuidade de um governo. Para quem defende a ciência, a conservação da biodiversidade, os povos indígenas e o direito das futuras gerações a um planeta habitável, essa vitória carrega um significado histórico. Em um mundo marcado pela emergência climática, pela destruição acelerada dos ecossistemas e pelo crescimento de forças políticas que desprezam as evidências científicas, o povo brasileiro escolheu manter no poder um projeto que recolocou a proteção ambiental entre as prioridades nacionais.

Essa escolha ganha ainda mais importância quando lembramos o que aconteceu entre 2019 e 2022. O governo Jair Bolsonaro promoveu um profundo enfraquecimento da política ambiental brasileira. A redução da fiscalização, o desmonte de estruturas institucionais, os ataques aos órgãos ambientais e a hostilidade contra pesquisadores e organizações da sociedade civil contribuíram para um ambiente de impunidade. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), instrumento fundamental para a proteção da floresta, foi descontinuado em 2020. O Fundo Amazônia, importante mecanismo de financiamento internacional para conservação e desenvolvimento sustentável, teve sua governança desestruturada em 2019, provocando a paralisação de novas aprovações de projetos e uma crise de confiança com os países doadores.

As consequências foram concretas. Em 2022, último ano do governo Bolsonaro, o desmatamento na Amazônia alcançou aproximadamente 11,6 mil quilômetros quadrados. Com a retomada da política ambiental no governo Lula, essa trajetória começou a ser revertida. O desmatamento caiu para 9.064 km² em 2023, 6.518 km² em 2024 e 5.731 km² em 2025. Isso representa uma redução próxima de 50% em relação a 2022. São milhares de quilômetros quadrados de floresta que deixaram de ser derrubados, preservando estoques de carbono, habitats de inúmeras espécies e funções ecológicas essenciais à regulação do clima e ao ciclo das águas.

Figura 1: Desmatamento anual na Amazônia Legal (km²)



Mas talvez nenhuma tragédia simbolize tão profundamente o abandono ambiental e humanitário daquele período quanto a crise do povo Yanomami. A expansão do garimpo ilegal devastou territórios, contaminou rios com mercúrio, comprometeu a segurança alimentar e contribuiu para uma emergência sanitária marcada por malária, desnutrição, violência e mortes evitáveis. A destruição dos rios e da floresta comprometeu a pesca e a caça, fundamentais para

a subsistência das comunidades. O mercúrio utilizado na extração do ouro pode se transformar em metilmercúrio, acumular-se nos peixes e atingir especialmente crianças e gestantes, com consequências neurológicas graves. Não se tratava apenas de um crime ambiental: era uma agressão à saúde, à cultura, à dignidade e à sobrevivência de um povo.

A resposta iniciada em 2023, com a declaração de emergência sanitária, a mobilização de equipes de saúde e as operações contra o garimpo ilegal, representou uma mudança indispensável na responsabilidade do Estado. Entretanto, a persistência de problemas sanitários e de atividades criminosas demonstra que a proteção dos Yanomami exige presença permanente, e não apenas operações emergenciais. Defender a Amazônia significa, antes de tudo, defender quem vive nela e a protege há milhares de anos.

A vitória de Lula também representa a reafirmação de uma verdade científica fundamental: o Brasil não precisa destruir mais florestas para produzir mais alimentos. O trabalho desenvolvido pela Embrapa e por universidades brasileiras demonstra o enorme potencial de aumentar a produtividade agropecuária por meio da recuperação de pastagens degradadas, da integração lavoura-pecuária-floresta, da melhoria do manejo do solo, da fixação biológica de nitrogênio e da adoção de tecnologias adaptadas às condições ambientais brasileiras. Com planejamento territorial, financiamento adequado e assistência técnica, é possível ampliar a produção em áreas já abertas, reduzir a pressão pela conversão de vegetação nativa e, simultaneamente, diminuir emissões de gases de efeito estufa.

Essa é uma das grandes oportunidades estratégicas do Brasil: construir uma agricultura cada vez mais produtiva, competitiva e sustentável, capaz de alimentar sua população e contribuir para a segurança alimentar mundial sem sacrificar seu patrimônio natural. A ciência brasileira, especialmente a Embrapa, tem papel central nessa transformação. A expansão da produção, porém, precisa estar associada à aplicação do Código Florestal, à rastreabilidade das cadeias produtivas e a políticas que evitem que ganhos de produtividade estimulem novas expansões territoriais.

A reconstrução ambiental também passou pelas instituições e pela legislação. O Decreto nº 11.367/2023 restabeleceu o PPCDAm e a coordenação interministerial de combate ao desmatamento. A Lei nº 15.042/2024 instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa, criando uma estrutura regulatória para precificar emissões e estimular sua redução. A retomada do Fundo Amazônia recuperou um importante instrumento de cooperação internacional e financiamento de projetos socioambientais. Essas medidas, embora insuficientes isoladamente, demonstram a diferença entre governar considerando a proteção ambiental um obstáculo e reconhecê-la como condição para o desenvolvimento.

Também é necessário reconhecer que a reconstrução não ocorreu sem contradições. A aprovação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, em 2025, trouxe preocupações sobre possíveis flexibilizações das salvaguardas ambientais. Lula vetou inicialmente 63 dispositivos, buscando impedir parte dos retrocessos. Esse episódio mostra que a proteção ambiental continua sendo objeto de intensa disputa política e que nenhum governo pode dispensar a vigilância da sociedade civil, da comunidade científica e das instituições democráticas.

O significado internacional dessa vitória é igualmente profundo. O Brasil abriga a maior extensão nacional da Floresta Amazônica, um dos maiores patrimônios de biodiversidade do planeta, fundamental para a estabilidade climática, a circulação de umidade e a manutenção de serviços ecossistêmicos que ultrapassam nossas fronteiras. Ao recolocar o país nas negociações

internacionais, fortalecer a agenda de biodiversidade e sediar a COP30 em Belém, o governo Lula contribuiu para recuperar o protagonismo brasileiro na diplomacia ambiental.

Esse protagonismo tornou-se ainda mais relevante diante da retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, efetivada em janeiro de 2026. Quando uma das maiores economias e emissoras históricas de gases de efeito estufa abandona esse compromisso, a liderança de países como o Brasil torna-se indispensável. A credibilidade do Acordo de Paris depende não apenas de discursos, mas da capacidade dos países de transformar compromissos climáticos em políticas públicas, investimentos, redução de emissões e proteção dos ecossistemas.

A Amazônia também não é apenas uma questão brasileira. Sua conservação está diretamente relacionada à segurança hídrica, à produção agrícola, à saúde pública e à estabilidade climática de toda a América do Sul. Proteger a floresta é proteger os rios que abastecem cidades, as chuvas que sustentam a agricultura, a biodiversidade que oferece possibilidades para descobertas científicas e os sistemas naturais dos quais depende a própria vida. A conservação ambiental precisa deixar de ser tratada como uma agenda secundária para ocupar seu verdadeiro lugar: o de fundamento da saúde, da economia e da segurança das próximas gerações.

Entretanto, a vitória eleitoral não significa que os desafios estejam superados. O Brasil ainda enfrenta desmatamento ilegal, incêndios florestais, conflitos fundiários, contaminação ambiental, desigualdades sociais e pressões econômicas sobre seus ecossistemas. O próximo mandato precisará avançar na proteção do Cerrado, do Pantanal e dos demais biomas, fortalecer o Ibama, o ICMBio, a Funai, o INPE e a pesquisa científica, garantir os direitos territoriais indígenas e transformar a bioeconomia em oportunidades reais para as populações locais. A redução do desmatamento deve ser acompanhada pela restauração ecológica, pela conservação da biodiversidade e pela transição para uma economia de baixo carbono.

Por fim, essa eleição também nos convida a refletir sobre o poder da democracia em uma sociedade cada vez mais influenciada pelas grandes plataformas digitais. A concentração do poder de comunicação nas mãos de poucas empresas, a disseminação de desinformação e a opacidade dos algoritmos representam desafios importantes para o debate público. As big techs não podem estar acima das leis, da transparência ou da responsabilidade democrática. A liberdade de expressão precisa caminhar junto com o direito à informação confiável, ao conhecimento científico e à participação política consciente.

A vitória de Lula nos lembra que o futuro não pertence às máquinas, aos algoritmos, aos interesses econômicos mais poderosos ou àqueles que lucram com a destruição da natureza. O futuro pertence às pessoas.

Que as próximas gerações possam olhar para este momento e reconhecer que, diante da emergência climática, do avanço do autoritarismo e das ameaças à biodiversidade, o Brasil escolheu defender a vida. Que nossas crianças herdem rios vivos, florestas em pé, animais em seus habitats, alimentos produzidos sem devastação e um país que valorize seus cientistas, seus povos originários e sua democracia.

Que essa vitória renove nossa esperança e, sobretudo, nossa responsabilidade coletiva. Porque a democracia não termina nas urnas, assim como a conservação não termina com a criação de uma lei. Ambas exigem participação, vigilância, conhecimento e compromisso permanente.

Enquanto houver um povo disposto a defender a ciência, a natureza e a democracia, haverá esperança. E nenhuma concentração de poder econômico ou tecnológico será maior do que a força de uma sociedade que conhece seus direitos e decide lutar por seu futuro.

1. COP17 de Biodiversidade: avanços, acordos e desafios para a implementação do Marco Global de Kunming-Montreal (Balanço das negociações até 26 de outubro de 2026 — Yerevan, Armênia)

A 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17), realizada de 19 a 30 de outubro de 2026, em Yerevan, Armênia, constitui um momento decisivo para a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF), adotado em 2022. Sob o tema Taking Action for Nature (Agindo pela Natureza), a conferência busca transformar compromissos internacionais em resultados concretos, avaliando o progresso das 23 metas globais para 2030 e discutindo medidas para acelerar a conservação, a restauração dos ecossistemas e a transformação dos padrões de produção e consumo. A principal diferença em relação às conferências anteriores é a ênfase na implementação e na avaliação dos resultados, em vez da formulação de novos compromissos (IISD, 2026a).

Primeira avaliação global: avanços institucionais, mas resultados insuficientes

Durante as negociações de 26 de outubro, os países alcançaram um entendimento preliminar reconhecendo que, sem uma rápida aceleração das ações e dos meios de implementação, os objetivos de biodiversidade para 2050 estarão comprometidos. Também houve convergência sobre a utilização da revisão global para orientar os trabalhos até 2030, preservando o caráter facilitador, não intrusivo e não punitivo do processo. Contudo, esse entendimento ainda precisava ser incorporado a uma decisão formal da conferência (IISD/ENB, 2026).

Financiamento da biodiversidade: novos recursos e divergências persistentes

O financiamento permanece como um dos principais pontos de tensão. O GBF estabelece a mobilização de pelo menos US$ 200 bilhões anuais para biodiversidade até 2030, incluindo US$ 30 bilhões anuais em financiamento internacional para países em desenvolvimento, além da redução de subsídios e incentivos prejudiciais à biodiversidade em pelo menos US$ 500 bilhões por ano. As negociações evidenciam divergências sobre a responsabilidade pelo financiamento, a ampliação da base de contribuintes, o acesso direto aos recursos e a estrutura institucional do mecanismo financeiro internacional (IISD, 2026a; IISD/ENB, 2026).

Apesar dessas dificuldades, 26 de outubro marcou um avanço importante na mobilização de recursos. O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) anunciou que os compromissos para seu nono ciclo de reposição, correspondente a julho de 2026 a junho de 2030, aproximaram-se de US$ 4,4 bilhões. Paralelamente, Alemanha, Islândia, Mônaco, Quebec e Berlim anunciaram aproximadamente US$ 60,22 milhões em novas contribuições ao Fundo do Marco Global de Biodiversidade (GBFF). Segundo o GEF, desde sua criação, o GBFF recebeu US$ 446 milhões em compromissos e programou US$ 362,1 milhões para 82 projetos em 87 países, destinando 32% dos recursos programados a ações de povos indígenas e comunidades locais (GEF, 2026a; 2026b).

Embora representem avanços, esses anúncios não solucionam a lacuna global de financiamento nem substituem a necessidade de reformar políticas fiscais e subsídios que

favorecem atividades ambientalmente prejudiciais. Nas negociações de 26 de outubro, persistiram divergências sobre os critérios de funcionamento do mecanismo financeiro, a participação de países menos desenvolvidos, o acesso direto aos recursos e o papel dos povos indígenas e comunidades locais na governança do financiamento (IISD/ENB, 2026).

Recursos genéticos, Fundo de Cali e repartição de benefícios

Outro tema central é a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização de informações digitais de sequências genéticas (Digital Sequence Information — DSI). O Fundo de Cali, criado no processo da COP16, busca estabelecer mecanismos de contribuição financeira associados à utilização comercial dessas informações, com benefícios destinados à conservação da biodiversidade e às comunidades envolvidas.

Na COP17, os países discutem a operacionalização do mecanismo multilateral, a transparência dos dados, os critérios de contribuição e a repartição de benefícios monetários e não monetários. As negociações também evidenciam divergências sobre o reconhecimento do acesso aberto a informações genéticas como benefício não monetário e sobre a necessidade de assegurar transferência de tecnologia, capacitação científica e acesso à infraestrutura de pesquisa. Diversos países ressaltaram que esses benefícios não devem substituir as contribuições financeiras. Até 26 de outubro, essas questões permaneciam em discussão, sem acordo definitivo sobre todos os elementos operacionais do mecanismo (IISD/ENB, 2026).

Conservação, áreas protegidas e recuperação de espécies ameaçadas

A implementação da Meta 3 do GBF, que prevê a conservação efetiva de pelo menos 30% das áreas terrestres, de águas interiores, costeiras e marinhas até 2030, também ocupa espaço relevante nas negociações. As discussões destacam que a expansão territorial das áreas protegidas precisa ser acompanhada de conectividade ecológica, representatividade dos ecossistemas, gestão efetiva e governança equitativa. Em 26 de outubro, houve avanços na discussão de orientações técnicas para melhorar esses aspectos, mas persistiram divergências sobre salvaguardas de direitos humanos, reconhecimento de territórios indígenas e mecanismos de apoio financeiro e técnico (IISD/ENB, 2026).

Uma iniciativa anunciada durante a conferência foi a Coalition of Action to Recover Endangered Species (CARES), lançada por Armênia e Colômbia para apoiar a recuperação de espécies ameaçadas. Segundo o The Guardian (2026), 17 países haviam aderido à iniciativa, enquanto nove organizações e financiadores privados anunciaram compromissos superiores a US$ 500 milhões para os cinco anos seguintes. A iniciativa representa um avanço na mobilização de recursos e cooperação para a conservação de espécies, embora seu impacto dependa da execução dos projetos e de critérios científicos para definir prioridades, evitando concentrar investimentos apenas em espécies mais conhecidas.

Povos indígenas, comunidades locais e governança inclusiva

A participação dos povos indígenas e comunidades locais constitui uma dimensão transversal da COP17. As discussões incluem o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais, a participação efetiva nos processos decisórios, os direitos territoriais e o acesso aos mecanismos de financiamento. O tema é especialmente relevante para a Meta 22 do GBF, que trata da participação inclusiva, do acesso à informação e à justiça e da proteção dos defensores dos direitos humanos ambientais.

As negociações demonstram, entretanto, que ainda existem divergências quanto à incorporação explícita de salvaguardas de direitos humanos e à forma de assegurar participação efetiva na gestão de áreas protegidas. Também permanecem questões relativas à estrutura de funcionamento do órgão subsidiário dedicado ao Artigo 8(j) da Convenção, voltado aos povos indígenas e comunidades locais. O debate evidencia que a participação nas conferências internacionais não garante, por si só, o reconhecimento de direitos territoriais nem o acesso direto ao financiamento (The Climate Watch, 2026; IISD/ENB, 2026).

Integração entre biodiversidade, mudanças climáticas e desenvolvimento

Outro avanço político é o reconhecimento da necessidade de fortalecer as sinergias entre as três Convenções do Rio: biodiversidade, mudanças climáticas e combate à desertificação. A fragmentação dessas agendas dificulta a formulação de políticas integradas para enfrentar a degradação dos ecossistemas, os riscos climáticos e a insegurança alimentar e hídrica. A COP17 representa, portanto, uma oportunidade para aproximar instrumentos nacionais, como as estratégias de biodiversidade, as contribuições nacionalmente determinadas do Acordo de Paris e os planos de adaptação e recuperação de terras degradadas (IISD, 2026b).

Em 26 de outubro, os negociadores concordaram com uma formulação preliminar que reconhece a necessidade de ações de curto prazo para enfrentar conjuntamente as crises climática e da biodiversidade, respeitando as circunstâncias e legislações nacionais. Entretanto, persistiram divergências sobre a adoção de orientações técnicas relacionadas à adaptação baseada em ecossistemas e à redução do risco de desastres. A integração da biodiversidade aos setores produtivos também avançou parcialmente, com entendimento sobre a importância de mecanismos interministeriais de coordenação, mas sem consenso sobre a reforma dos incentivos prejudiciais à natureza (IISD/ENB, 2026).

Outras considerações

A COP17 demonstra que a agenda internacional de biodiversidade alcançou um nível significativo de mobilização política e institucional, mas ainda enfrenta dificuldades para transformar compromissos em resultados ecológicos mensuráveis. Os anúncios financeiros, as iniciativas para recuperação de espécies ameaçadas e os avanços preliminares na revisão global representam progressos importantes. Entretanto, permanecem desafios relacionados à insuficiência de financiamento, à reforma de subsídios prejudiciais, à participação efetiva dos povos indígenas e à integração da biodiversidade nas decisões econômicas e produtivas. O resultado da conferência dependerá da capacidade de converter os entendimentos negociados em decisões concretas, acompanhadas de recursos, responsabilidades e mecanismos transparentes de monitoramento. A principal questão não é mais definir o que precisa ser feito para conservar a biodiversidade, mas assegurar que os compromissos assumidos sejam implementados na escala e na velocidade necessárias para alcançar as metas de 2030.

2. Avanços, desafios e perspectivas para a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal

Análise do relatório State of Biodiversity Action: Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework — Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, 2026.

Panorama geral: avanços políticos, mas resultados ecológicos ainda insuficientes

O primeiro relatório global sobre a implementação do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF), adotado em dezembro de 2022 pelas Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), apresenta um diagnóstico simultaneamente positivo e preocupante. O acordo, que estabelece quatro objetivos para 2050 e 23 metas para 2030, conseguiu mobilizar governos, organizações internacionais, povos indígenas, instituições científicas e o setor privado em torno do compromisso de interromper e reverter a perda da biodiversidade. Entretanto, a avaliação conclui que a velocidade e a escala das ações permanecem insuficientes para alcançar as metas de 2030.

O principal avanço identificado é a consolidação de uma estrutura internacional de planejamento, monitoramento e prestação de contas. Diferentemente das antigas Metas de Aichi, o GBF conta com indicadores compartilhados e mecanismos de revisão periódica, permitindo avaliar não apenas os compromissos assumidos pelos países, mas também sua implementação efetiva. Ainda assim, o relatório identifica duas lacunas centrais: a ambição coletiva dos compromissos nacionais continua abaixo das metas globais e a implementação das medidas anunciadas ocorre lentamente, sobretudo naquelas destinadas a enfrentar as causas estruturais da degradação ambiental.

A análise baseia-se em estratégias e planos nacionais de biodiversidade apresentados por 43% das Partes, aproximadamente 3.700 metas nacionais submetidas por 83% delas e relatórios nacionais disponíveis de 66% das Partes. Esses números representam um avanço na institucionalização do GBF, mas também demonstram que a cobertura das informações ainda é incompleta. O documento ressalta que é prematuro identificar uma reversão consistente da perda de biodiversidade em escala global.

Principais avanços na implementação do GBF

Fortalecimento dos compromissos nacionais e da governança ambiental. Um dos resultados mais relevantes é que 162 Partes, correspondentes a 83% do total, já haviam estabelecido metas nacionais alinhadas ao GBF, abrangendo, em média, 22 das 23 metas globais. Isso demonstra ampla incorporação do acordo às agendas nacionais. A criação de um sistema comum de monitoramento, com 27 indicadores principais e 15 indicadores binários, constitui igualmente um avanço importante para a transparência e a avaliação de resultados. Contudo, a abrangência formal das metas não significa necessariamente que os compromissos tenham o nível de ambição exigido pelo acordo.

Conservação e restauração dos ecossistemas. O relatório identifica avanços na criação e no fortalecimento de instrumentos de conservação, no planejamento territorial e em iniciativas de restauração ecológica, particularmente relacionadas às Metas 2 e 3. A Meta 2 prevê restaurar pelo menos 30% dos ecossistemas degradados, enquanto a Meta 3 estabelece conservar efetivamente pelo menos 30% das áreas terrestres, de águas interiores, costeiras e marinhas até 2030. Entretanto, o progresso na restauração não deve ser confundido com a recuperação já comprovada dos ecossistemas. Além disso, o documento identifica diferenças importantes entre ambientes terrestres, marinhos, costeiros e de águas interiores, com lacunas persistentes na cobertura e na efetividade das medidas de conservação.

Integração da biodiversidade à produção e ao desenvolvimento. Foram observados avanços relativos nas ações relacionadas à sustentabilidade da agricultura, aquicultura, pesca e

silvicultura (Meta 10), assim como na manutenção e recuperação das contribuições da natureza para as pessoas (Meta 11). Essas iniciativas demonstram crescente reconhecimento de que a biodiversidade sustenta a produção de alimentos, a fertilidade dos solos, a polinização, a segurança hídrica e a resiliência das economias. Entretanto, o relatório indica que as medidas para modificar os padrões insustentáveis de produção e consumo ainda avançam lentamente, comprometendo os resultados das políticas de conservação.

Articulação entre biodiversidade e mudanças climáticas. A Meta 8, relacionada à redução dos impactos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade e ao fortalecimento da resiliência dos ecossistemas, aparece entre aquelas com progresso relativo mais elevado na avaliação global. Esse resultado evidencia a crescente integração entre políticas climáticas e conservação da natureza, inclusive por meio de abordagens baseadas em ecossistemas. A conexão é particularmente importante porque as mudanças climáticas intensificam a degradação de habitats, alteram a distribuição de espécies e ameaçam os serviços ecossistêmicos. Ao mesmo tempo, ecossistemas saudáveis contribuem para a adaptação climática e, em muitos casos, para a mitigação das emissões.

Ampliação da participação de diferentes atores. O GBF também estimulou compromissos de governos subnacionais, cidades, organizações da sociedade civil, comunidades indígenas, instituições científicas e empresas. O relatório incorpora mais de 180 compromissos apresentados por atores não governamentais, evidenciando uma mobilização que ultrapassa os ministérios ambientais. Esse envolvimento é fundamental porque as decisões que afetam a biodiversidade são tomadas em diferentes setores econômicos e níveis de governo. Apesar disso, a participação efetiva de povos indígenas, comunidades locais, mulheres e jovens ainda apresenta limitações importantes.

Principais dificuldades e obstáculos à implementação

O relatório demonstra que os avanços institucionais ainda não se traduziram em mudanças suficientemente rápidas nos fatores responsáveis pela perda de biodiversidade. Menos da metade das Partes que apresentaram relatórios considerou que suas metas nacionais associadas a qualquer uma das metas globais estavam no caminho adequado para serem cumpridas. Os indicadores disponíveis também apresentam resultados heterogêneos, frequentemente com tendências negativas. As maiores dificuldades concentram-se nas seguintes dimensões.

Financiamento insuficiente e incentivos econômicos prejudiciais. A implementação do GBF depende da mobilização de pelo menos US$ 200 bilhões anuais para biodiversidade até 2030, incluindo US$ 30 bilhões anuais em financiamento internacional, além da redução de incentivos prejudiciais à biodiversidade em pelo menos US$ 500 bilhões por ano. O relatório identifica avanços limitados na mobilização de recursos privados, na reforma de subsídios e na disponibilidade de financiamento previsível para países em desenvolvimento. Segundo a avaliação, a meta intermediária de US$ 20 bilhões anuais em financiamento internacional para 2025 provavelmente não foi alcançada, embora ainda faltem dados completos para uma conclusão definitiva.

Persistência dos fatores estruturais da perda de biodiversidade. As metas relacionadas ao consumo sustentável (Meta 16), à reforma de subsídios prejudiciais (Meta 18) e à mobilização financeira (Meta 19) estão entre aquelas com maiores dificuldades de implementação. O problema central é que as políticas de conservação frequentemente coexistem com políticas

agrícolas, industriais, comerciais e financeiras que continuam incentivando a degradação dos ecossistemas. Assim, os ganhos obtidos por meio de áreas protegidas e projetos de restauração podem ser comprometidos pela expansão de atividades econômicas insustentáveis.

Fragmentação institucional e desigualdades de capacidade. A ausência de coordenação entre ministérios, governos subnacionais, setores produtivos e instituições financeiras reduz a efetividade das políticas ambientais. Muitos países, particularmente os menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, enfrentam limitações de financiamento, recursos humanos especializados, infraestrutura tecnológica e acesso à cooperação científica. Também persistem dificuldades para assegurar participação efetiva e acesso equitativo aos recursos por parte de povos indígenas, comunidades locais, mulheres e jovens.

Lacunas de informação e monitoramento. Embora o novo sistema de indicadores represente um avanço, nenhum país apresentou informações para todos os indicadores principais. Existem dificuldades metodológicas, séries temporais incompletas e dados insuficientemente desagregados por ecossistema, grupo taxonômico ou características sociais. Isso limita tanto a avaliação dos resultados quanto a identificação das intervenções prioritárias.

Recomendações e prioridades para acelerar os resultados até 2030

O documento não apresenta recomendações formalmente prescritivas aos países, mas identifica abordagens e oportunidades para superar os obstáculos encontrados. A partir dessas orientações, destacam-se seis prioridades:

1. Aumentar a ambição e acelerar a implementação das metas nacionais, priorizando intervenções com resultados mensuráveis para a conservação, a restauração ecológica e a redução das pressões sobre os ecossistemas.

2. Reformar os incentivos econômicos e financeiros, eliminando progressivamente subsídios prejudiciais à biodiversidade, ampliando investimentos positivos e incorporando riscos relacionados à natureza nas decisões empresariais e financeiras.

3. Fortalecer a governança intersetorial, integrando biodiversidade às políticas de agricultura, pesca, infraestrutura, energia, saúde, clima e planejamento territorial, com responsabilidades institucionais claramente definidas.

4. Ampliar o financiamento, a cooperação científica e a transferência de tecnologia, especialmente para países em desenvolvimento, assegurando acesso equitativo aos recursos e fortalecendo capacidades nacionais e locais.

5. Garantir participação efetiva e baseada em direitos, reconhecendo povos indígenas e comunidades locais como parceiros na implementação, com respeito aos conhecimentos tradicionais, à governança territorial e ao consentimento livre, prévio e informado.

6. Aprimorar os sistemas de monitoramento e avaliação, investindo em indicadores comparáveis, infraestrutura de dados, sistemas nacionais de informação e integração entre conhecimentos científicos e tradicionais.

Essas prioridades refletem as seis mensagens centrais apresentadas na seção final do relatório, que abordam ambição, implementação, meios de execução, governança, participação social e conhecimento.

Outras considerações

A principal conclusão do relatório é que o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal conseguiu estabelecer uma agenda internacional amplamente compartilhada, mas ainda não produziu mudanças na escala necessária para interromper e reverter a perda global da biodiversidade. O progresso é mais evidente na mobilização política, na formulação de compromissos e na construção de mecanismos de governança do que nos resultados ecológicos efetivamente demonstrados.

O período até 2030 será decisivo para transformar esses compromissos em resultados. Isso exigirá não apenas ampliar áreas protegidas e restaurar ecossistemas, mas também modificar os sistemas econômicos e produtivos responsáveis pela degradação ambiental. A biodiversidade precisa ser incorporada às decisões sobre desenvolvimento, financiamento, alimentação, água, saúde e mudanças climáticas.

A mensagem central é que o desafio já não consiste apenas em estabelecer metas de conservação, mas em transformar as políticas públicas, os investimentos e os modelos de desenvolvimento para torná-las alcançáveis. Sem mudanças estruturais e financiamento adequado, o risco é repetir a experiência das Metas de Aichi: amplo compromisso internacional, mas resultados insuficientes para deter a perda da biodiversidade

4. Declaração de Yerevan – Tomando ação para a Natureza

O documento “Yerevan Declaration – Taking Action for Nature” (Declaração de Yerevan – Agindo pela Natureza) é uma declaração política de alto nível apresentada em 16 de outubro de 2026, em Yerevan, Armênia, durante a Cúpula de Líderes pela Natureza (Leaders for Nature Summit), realizada às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP17).

Seu objetivo principal é reafirmar o compromisso político com o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF) e exigir a aceleração de sua implementação, reconhecendo que os esforços realizados desde 2022 ainda são insuficientes para interromper e reverter a perda de biodiversidade até 2030.

O documento, de três páginas, apresenta os seguintes compromissos e prioridades:

1. Acelerar a implementação do GBF: fortalecer as políticas nacionais de conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, integrando-as às políticas econômicas e de desenvolvimento.

2. Ampliar o financiamento para a biodiversidade: mobilizar recursos públicos e privados de forma adequada, previsível e acessível, especialmente para países em desenvolvimento, além de fortalecer a cooperação científica, a transferência de tecnologia e a capacitação institucional.

3. Fortalecer o monitoramento e a responsabilização: aprimorar sistemas de informação, indicadores, relatórios nacionais e avaliações de resultados, promovendo decisões fundamentadas em evidências científicas.

4. Garantir participação inclusiva: reconhecer o papel dos povos indígenas, comunidades locais, mulheres, jovens, governos subnacionais, instituições científicas e sociedade civil, respeitando os conhecimentos tradicionais e o consentimento livre, prévio e informado.

5. Transformar os padrões de produção e consumo: promover mudanças nos setores econômicos e financeiros para reduzir as pressões sobre os ecossistemas e enfrentar as causas estruturais da perda de biodiversidade.

6. Garantir repartição justa dos benefícios dos recursos genéticos: fortalecer os mecanismos de compartilhamento de benefícios provenientes da utilização de informações digitais de sequências genéticas (Digital Sequence Information), incluindo o Fundo de Cali.

7. Integrar as agendas ambientais internacionais: ampliar as sinergias entre as três Convenções do Rio — biodiversidade, mudanças climáticas e desertificação — e outros acordos multilaterais ambientais.

Qual é a importância política da declaração?

A Declaração de Yerevan representa uma resposta política aos resultados preocupantes do primeiro relatório global de implementação do GBF, publicado em 2026. Seu principal reconhecimento é que a mobilização internacional e os compromissos anunciados não estão produzindo resultados na velocidade necessária.

O documento procura, portanto, transformar a COP17 em um momento de maior ambição política, defendendo que os países avancem de compromissos voluntários para medidas concretas, mensuráveis e sustentadas por financiamento e cooperação internacional.

Entretanto, há uma distinção importante: a declaração não cria novas metas globais, não estabelece obrigações jurídicas adicionais e não anuncia valores específicos de novos financiamentos. Trata-se de um instrumento de orientação e mobilização política, que solicita à COP17 que incorpore sua visão e seus compromissos às decisões negociadas.

Qual é a principal mensagem?

A declaração reconhece que a biodiversidade constitui a base da segurança alimentar, da saúde humana, da estabilidade climática, da prosperidade econômica e do bem-estar das futuras gerações. Seu significado central é reafirmar que a conservação da natureza não pode continuar restrita às políticas ambientais, mas precisa orientar decisões de governos, instituições financeiras e setores produtivos.

Na página 3, o documento encerra com um chamado à ação coletiva, destacando que esta década deve representar um ponto de inflexão na relação da humanidade com a natureza. A Declaração de Yerevan reafirma o compromisso internacional de interromper e reverter a perda de biodiversidade até 2030, reconhece que os avanços atuais são insuficientes e convoca governos, empresas, instituições financeiras e sociedade civil a acelerar ações concretas, ampliar o financiamento, fortalecer a cooperação científica e integrar a conservação da biodiversidade aos modelos de desenvolvimento. Seu principal valor é político: pressionar pela transformação dos compromissos do Marco Global de Biodiversidade em resultados efetivos.

Referências

1. Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). (2026). State of Biodiversity Action: Global Report on Collective Progress in the Implementation of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity. Relatório oficial.

2. International Institute for Sustainable Development (IISD). (2026a). What to Expect at the UN Biodiversity Conference (CBD COP 17). 7 de outubro de 2026. Acessar publicação.

3. International Institute for Sustainable Development (IISD). (2026b). From Yerevan to Antalya: What COP 17 and COP 31 Can Do for Climate, Nature, and Land. 20 de outubro de 2026. Acessar análise.

4. IISD / Earth Negotiations Bulletin (ENB). (2026). Daily Report for 26 October 2026 — UN Biodiversity Conference (CBD COP 17). 26 de outubro de 2026. Relatório das negociações.

5. Global Environment Facility (GEF). (2026a). UN Biodiversity Conference Gets Finance Boost for Action on Nature with $500 Million in Additional Pledges to the GEF and GBFF. 26 de outubro de 2026. Comunicado oficial.

6. Global Environment Facility (GEF). (2026b). COP17 Joint Statement on New Pledges to the Global Biodiversity Framework Fund. 26 de outubro de 2026. Declaração conjunta.

7. The Guardian. (2026). At COP17, the Pressure Is on to Rescue a Deal That Could End the Destruction of Nature. 23 de outubro de 2026. Acessar reportagem.

8. Le Monde. (2026). COP17 in Yerevan: As Biodiversity Collapses, Humanity's Efforts Are 'Uneven and Not at the Pace Required'. 20 de outubro de 2026. Acessar reportagem.

9. The Climate Watch. (2026). Nature Finance and Rights Safeguards Divide Governments Ahead of COP17's Final Week. 25 de outubro de 2026. Acessar análise.

10. Presidência da COP17 / Governo da República da Armênia. (2026). Yerevan Declaration: Taking Action for Nature. Declaração política adotada na Cúpula de Líderes pela Natureza (Leaders for Nature Summit), Yerevan, Armênia, 16 de outubro de 2026. Consultar o texto integral da declaração